§ 3º - *VETADO*.

§ 4º - O enquadramento do servidor inativo será procedido na classe e padrão correspondente à classe e nível quando da atividades, bem como consignando as regras constitucionalmente definidas no § 8º do art. 40.

Art. 21. O servidor em estágio probatório será classificado no nível inicial do cargo decorrente da transformação.

Art. 22. O enquadramento previsto no artigo 20 desta lei deverá observar os requisitos do cargo originário, o tempo de serviço do servidor no cargo transformado, bem como as seguintes exigências de escolaridade, habilitação profissional e formação acadêmica:

I – Agente Operacional de Serviços – Classe I: ensino fundamental incompleto;

II – Agente Operacional de Serviços – Classe II: ensino fundamental completo;

III – Agente Operacional de Serviços – Classe III: ensino fundamental concluído mais habilitação em curso profissionalizante;

IV – Agente Técnico de Serviços – Classes I: ensino médio regular;

V – Agente Técnico de Serviços - Classe II: ensino médio com habilitação profissionalizante;

VI – Agente Técnico de Serviços – Classe III: ensino médio profissionalizante acrescido de especialização.

VII – Agente Superior de Serviços – Classe I: curso superior de graduação;

VIII – Agente Superior de Serviços – Classe II: curso superior de graduação mais especialização;

IX – Agente Superior de Serviços – Classe III: curso superior de graduação mais titulação de mestrado ou doutorado.

Parágrafo único. As titulações profissionalizantes e acadêmicas previstas neste artigo deverão observar os requisitos previstos na legislação dos sistemas federal e estadual de ensino.

CAPÍTULO IV - DA LOTAÇÃO

Art. 23. *VETADO*.

Parágrafo único – *VETADO*.

CAPÍTULO V - DO INGRESSO

Art. 24. São requisitos para ingresso nos cargos definidos por esta lei os previstos nos artigos 15 e 22, além de outros previstos em regulamento ou edital de concurso.

Art. 25. O ingresso nos cargos de provimento efetivo referidos nos artigos 12, 13 e 14 far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, para a classe inicial do respectivo cargo.

§ 1º. A critério da Administração estadual, além das provas ou provas e títulos, também poderá ser exigido programa de formação com caráter eliminatório ou classificatório, conforme previsto em edital de concurso.

§ 2º. No propósito de garantir o pleno preenchimento dos cargos previstos nesta lei, com adequação da sua remuneração aos valores praticados no mercado, o ingresso nos mesmos, a critério da Administração Pública, poderá se dar em classe e padrão diferente do inicial, conforme definido em edital de concurso.

Art. 26. O recrutamento para concurso público será feito por meio de edital, com ampla divulgação, publicado no Diário Oficial do Estado e, de forma resumida, em jornal de grande circulação.

Art. 27. Nos concursos públicos para os cargos previstos nesta lei serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas disponíveis para o provimento por pessoas portadoras de deficiência física, devendo-se considerar a compatibilidade entre as atribuições do cargo e as deficiências de que são portadoras.

CAPÍTULO VI – DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 28. O servidor aprovado em concurso público, depois de regularmente nomeado e empossado, submeter-se-á ao estágio probatório com duração de três anos, a contar da data do início do efetivo exercício do cargo.

§ 1º - O servidor em estágio probatório terá seu desempenho acompanhado e avaliado por comissão constituída para tal fim, sendo a avaliação requisito necessário e imprescindível à aquisição da estabilidade.

§ 2º - Durante o período de estágio probatório o servidor não poderá se afastar do exercício do seu cargo, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

§ 3º - No caso de afastamento do exercício do cargo, o estágio probatório será suspenso, salvo no caso de exercício de cargo em comissão ou função gratificada, devendo recomençar a partir do retorno do servidor ao exercício do cargo original.

Art. 29. O resultado da avaliação do servidor em estágio probatório deve ser concluído e publicado 06 (seis) meses antes do prazo final de encerramento do estágio, salvo suspensão do prazo, conforme previsto no artigo anterior.

Parágrafo único. Será responsabilizado administrativamente o superior hierárquico que deixar de avaliar o servidor no prazo legal.

Art. 30 – O servidor que não preencher os requisitos necessários, obtendo avaliação negativa na aferição de seu desempenho, será desligado do cargo, com observância do devido processo legal e garantida a ampla defesa.

CAPÍTULO VII - DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 31. O desenvolvimento funcional dos servidores nas carreiras de que trata esta lei poderá dar-se mediante progressão e promoção funcional.

§ 1º - A progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, observado o interstício mínimo de 02 (dois) anos, e dar-se-á em época e sob critérios fixados em regulamento, em conformidade com resultado de avaliação de desempenho.

§ 2º - A promoção é a movimentação do servidor de uma classe para o 1º (primeiro) padrão de classe imediatamente seguinte, observado o interstício de 02 (dois) anos e dependerá, cumulativamente, do resultado da avaliação de desempenho e da obtenção de nova titulação escolar, profissional ou acadêmica.

§ 3º - A promoção no Grupo Ocupacional Operacional, integrado por Agentes Operacionais de Serviços, fica condicionada à obtenção de nova titulação escolar ou profissionalizante.

§ 4º - A promoção no Grupo Ocupacional Técnico, composto por Agentes Técnicos de Serviço, fica condicionada à obtenção de titulação profissionalizante ou acadêmica.

§ 5º - A promoção no Grupo Ocupacional Superior, composto por Agentes Superiores de Serviços, fica condicionada à obtenção de titulação em curso de especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado promovido por instituição de ensino superior devidamente credenciada e oficialmente reconhecido.

§ 6º - As titulações escolares, profissionalizantes e acadêmicas previstas neste artigo deverão observar, conforme o caso, os requisitos previstos na legislação dos sistemas estadual e federal de ensino.

Art. 32. O desenvolvimento funcional do servidor dependerá, cumulativamente, do cumprimento do interstício mínimo de permanência em cada padrão, bem como de avaliação de desempenho e, no caso das promoções, do atendimento dos requisitos de escolaridade, capacitação, profissionalização ou titulação, fixados em conformidade com esta lei.

§ 1º - As promoções dependerão da existência de vagas nas classes superiores.

§ 2º - As promoções observarão o princípio do devido processo legal, sendo condicionadas à prévia habilitação em processo seletivo instaurado pelo órgão ou ente público onde o servidor estiver lotado.

Art. 33. Não será concedida progressão funcional ao servidor em estágio probatório, salvo existindo vaga, sem candidato para o seu preenchimento.

Parágrafo único. Os servidores investidos em mandato sindical sujeitar-se-ão, para os fins de progressão a instrumentos específicos de avaliação, conforme previsto em Lei.

CAPÍTULO VIII - DA CAPACITAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 34. Fica institucionalizada como atividade permanente e regular da Administração Pública, a capacitação, profissionalização e aperfeiçoamento contínuo de seus servidores, tendo como objetivos:

I - criar e desenvolver a cultura, os hábitos e os valores necessários ao digno exercício profissional da função pública;

II - qualificar o servidor para o desempenho de suas atribuições, tendo em vista a obtenção dos resultados e da eficiência desejados no serviço público;

III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias para o constante aperfeiçoamento e maior qualificação profissional dos servidores;

IV - integrar os objetivos de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo;

V - valorizar as competências individuais e coletivas.

Art. 35. Compete à Secretaria de Administração e à Escola de Governo, em coordenação com as demais secretarias e entidades da administração direta e indireta, a elaboração e o desenvolvimento dos programas de capacitação.

CAPÍTULO IX – DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 36. A avaliação de desempenho deverá observar os princípios e regras estabelecidos nesta lei, bem como regulamentação específica fixada pelo Chefe do Poder Executivo, devendo priorizar a melhoria da qualidade e da eficiência na prestação de serviços públicos à sociedade.

§ 1º - Para garantia dos princípios da moralidade, legalidade e transparência dos processos de avaliação, fica instituída em cada secretaria, autarquia e fundação, Comissão de Avaliação de Desempenho de Servidores – CADES, com mandato de 02 (dois) anos, composta de forma paritária por representantes da Administração e por representantes dos servidores públicos.